

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO DO AMAZONAS
DETRAN-AM**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018**



MANAUS - 2018



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO

**DEPARTAMENTO ESTADUAL DE
TRÂNSITO DO AMAZONAS
DETRAN-AM**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2018

Relatório de Gestão do exercício de 2018 apresentado à sociedade e aos órgãos de controle externo como prestação de contas anual a que esta autarquia está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, e art. 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

MANAUS - 2018



LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

AFI	Administração Financeira Integrada
TCE-AM	Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
DVP	Demonstrativo das Variações Patrimoniais
PAC	Postos de Atendimento ao Cidadão
PA	Pronto Atendimento
PAD	Postos de Atendimento do Detran



Sumário

1 APRESENTAÇÃO	7
2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO	8
2.1 Gestão Orçamentária.....	8
2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas	8
RECEITA TOTAL PREVISTA:	8
DESPESA TOTAL FIXADA.....	9
2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA	12
3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA.....	12
3.1.1. Receitas Correntes	12
3.1.2. Receitas de Capital	13
3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	15
4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
4.1. BALANÇO ORÇAMENTARIO	18
4.2. BALANÇO FINANCEIRO	18
4.3. BALANÇO PATRIMONIAL	20
a) Ativo -.....	20
b) Passivo.....	20
c) Patrimônio Líquido.....	20
d) Contas de Compensação.....	20
4.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	24
4.5. <i>DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE</i>	25
5. GASTOS COM PESSOAL.....	25
6. AÇÕES NO TRÂNSITO	28
6.1 Atendimentos	28
6.2 Habilitados	29
6.3 Provas Aplicadas.....	30
6.4 Educação no Trânsito.....	30
6.5 Transparência	31
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	32

1 APRESENTAÇÃO

O presente relatório apresenta os resultados alcançados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN, no exercício de 2018, no âmbito econômico-financeiro e de gestão, o qual se constitui na prestação de contas, a ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, no prazo regulamentado, em cumprimento ao disposto no artigo 3º da Resolução nº 05/1990–TCE/AM.

Sendo demonstrado o desempenho financeiro e econômico mediante apresentação das análises dos Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e DVP-Demonstrativo das Variações Patrimoniais as quais foram elaboradas em conformidade com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas à União, Estados, Distrito Federal e Municípios, do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8.^a edição, aprovado pela Portaria STN nº 495, de 06 de junho de 2017, que também observa os dispositivos legais reguladores do assunto, tais como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, ainda, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, relativas aos Princípios de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16), e, tratamento contábil da depreciação de acordo com a NBCT 16.9 e do ativo Imobilizado.

Quanto a Gestão apresentamos os fatos mais relevantes da atuação do DETRAN-AM sendo este um Órgão Executivo Estadual de Trânsito que executa as determinações do Código de Trânsito Brasileiro, cumpri e faz cumprir a legislação e as normas de trânsito, controla o processo de formação de condutores, suspensão e cassação, vistoria de veículos, efetua emplacements, licencia veículos, além de coletar dados estatísticos, operacionalizando as medidas da Política Nacional de Trânsito, promovendo a Educação para o Trânsito, prestando serviços aos usuários e objetivando um trânsito mais seguro, pacífico e harmônico; além dos atos administrativos e gestão de pessoal que deram suporte as nossas ações.

Diretoria do DETRAN composta conforme abaixo, durante o exercício de 2018

Diretor Presidente: **Vinícius Diniz Souza dos Santos**

Diretora Adm.Financeiro: Maria Suely de Souza Pinheiro

Diretor Técnico: Rodrigo de Sá Barbosa

2. DESEMPENHO FINANCEIRO E ECONÔMICO

2.1 Gestão Orçamentária

2.1.1 Previsão de Receitas estimadas e despesas fixadas

No orçamento do Estado para o Exercício financeiro de 2018, *estimou a receita e fixou a despesa* pra o DETRAN-AM em **R\$86.272.000.000,00** (oitenta e seis milhões, duzentos e setenta e dois reais), definido por natureza de despesa, programas e ações para o exercício financeiro.

RECEITA TOTAL PREVISTA: A receita total do Orçamento Fiscal foi orçada segundo suas categorias econômicas e apresentou as seguintes estimativas

Tabela 01
Demonstrativo da Receita Orçamentária Prevista

Receitas	Valor R\$	%
Receitas Correntes	86.272.000,00	100%
Receita Patrimonial	290.000,00	0,34%
Receita De Serviços	78.798.000,00	91,34%
Serviços Administrativos	59.500.000,00	
Serviços De Vistoria De Veículos	56.000.000,00	
Outros Serviços	19.298.000,00	
Outras Receitas Correntes	7.184.000,00	8,32%
Multas De Outras Origens	6.280.000,00	
Outras Multas		
Outras Multas - Diretamente Arrecadado	6.280.000,00	
Indenizações e Restituições	80.000,00	
Restituições descontadas em folha	80.000,00	
Receitas Diversas	824.000,00	
Outras Receitas	824.000,00	

Fonte: Rel_Anexo 10 – AFI/2018

DESPESA TOTAL FIXADA: A despesa do Orçamento Fiscal foi fixada com as seguintes categorias econômicas:

Tabela 02
Demonstrativo da Despesa Orçamentária Estimada

Descrição	Valor R\$	%
DESPESAS		
DESPESAS CORRENTES	77.837.000,00	90,22%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	19.337.000,00	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	58.500.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	8.435.000,00	9,78%
INVESTIMENTOS	8.435.000,00	
Total das Despesas	86.272.000,00	100,00%

Fonte: Balanço Orçamentário - Anexo 12 - AFI/2018

2.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Durante a execução orçamentária, houve a necessidade por parte do DETRAN-AM de realizar a abertura de créditos orçamentários ou o reforço de dotações por conta de ajustes na execução de ações e programas previstos, como apresentadas no Anexo do Balanço intitulado “Demonstrativo dos Créditos Autorizados”. As alterações orçamentárias ocorreram à conta de anulação total ou parcial de dotação e Superávit Financeiro do Exercício Anterior, conforme pode ser evidenciado a seguir.

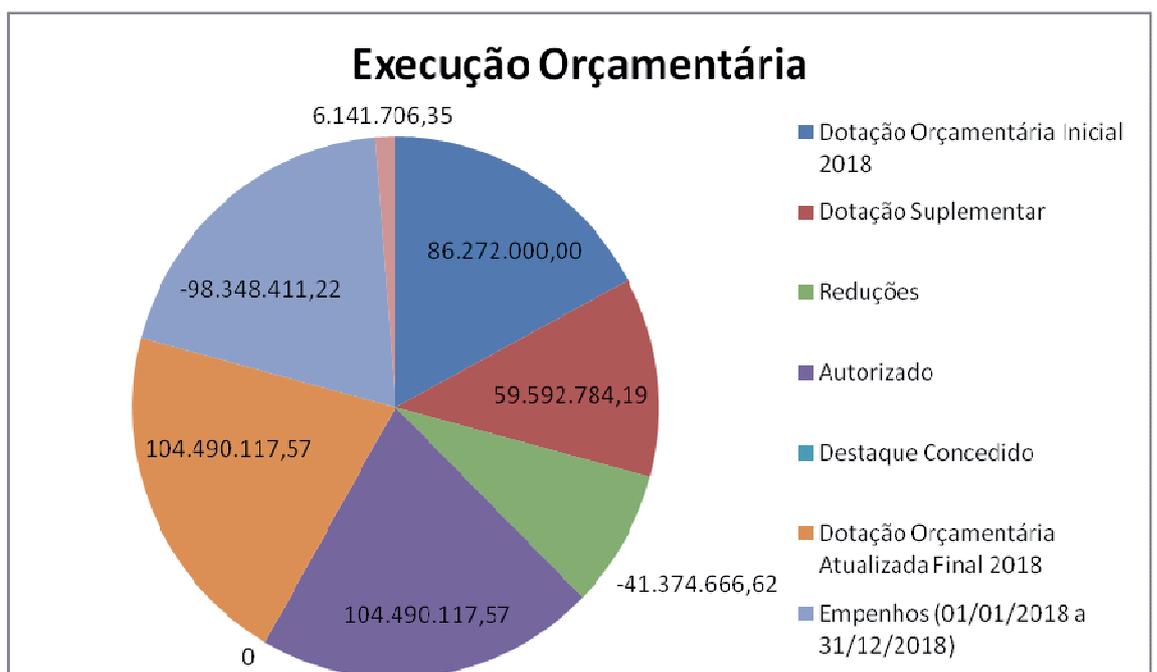
Tabela 03
Demonstrativo da Execução Orçamentária



Descrição	Valor em R\$	Percentual %
Dotação Orçamentária Inicial 2018	86.272.000,00	100,00
Dotação Suplementar	59.592.784,19	69,08
Reduções	-41.374.666,62	47,96
Autorizado	104.490.117,57	
Destaque Concedido	-0,0	
Dotação Orçamentária Atualizada Final 2018	104.490.117,57	100,00
Empenhos (01/01/2018 a 31/12/2018)	-98.348.411,22	94,12
Saldo Disponível	6.141.706,35	5,88

Fonte:REL_EXEORC_01-AFI/2018

Foi empenhado durante o exercício o valor de R\$98.348.411,22 (noventa e oito milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e vinte e dois centavos) correspondendo a 94,12% (noventa e quatro vírgula doze por cento) das despesas autorizadas para o exercício, o que gerou uma economia orçamentária de R\$6.141.706,35 (seis milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e seis reais e trinta e cinco centavos), representando 5,88% (cinco vírgula oitenta e oito por cento) da Dotação Orçamentária Final do exercício, pois os gastos executados somaram valores inferiores aos fixados.

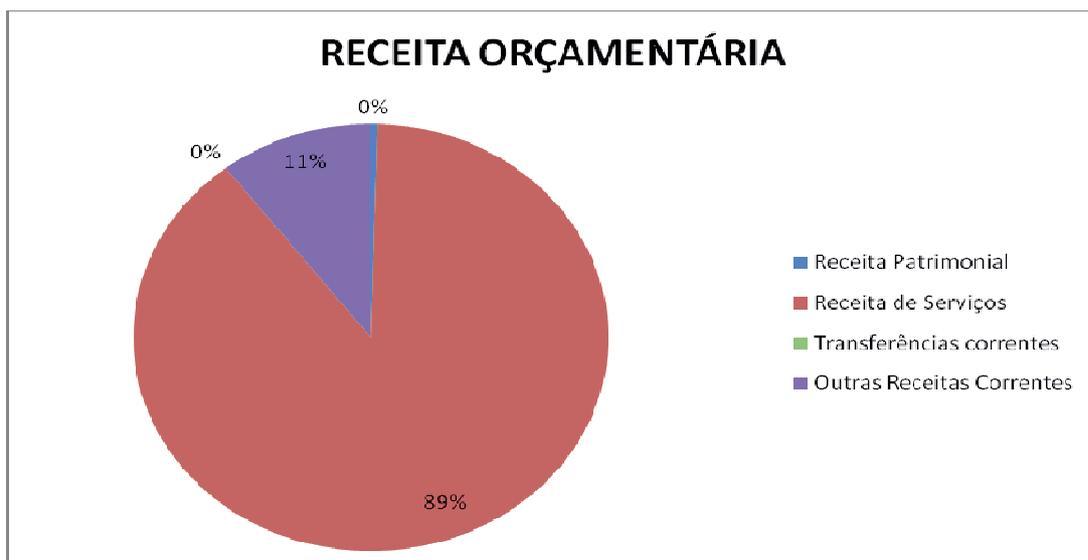


Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$101.424.190,83** (cento e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e noventa reais e oitenta e três centavos), sendo **Receitas Correntes** o valor de **R\$101.010.009,31** (cento e um milhões, dez mil mil, nove reais e trinta e um centavos) e **Receita Patrimonial** o montante de **R\$ 414.181,52** (quatrocentos e quatorze mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

TABELA 04

RECEITAS CORRENTES TOTAL	101.424.190,83
Receita Patrimonial	414.181,52
Receita Financeira	414.181,52
Receita de Serviços	90.413.117,44
Serviços de vistoria de veículos	69.992.676,53
Outros serviços	20.420.440,91
Transferências correntes	0
Transferências de Instituições privadas	0
Outras Receitas Correntes	10.596.891,87
Outras Multas - Diretamente Arrecadadas	9.329.699,48
Outras Restituições	116.783,20
Termos de Cooperação	1.150.409,19

Fonte: ANEXO 12-AFI





3. DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada, e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período.

A matéria pertinente à receita vem disciplinada no art. 3º, conjugado com o art. 57, e no art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Art. 3º A Lei de Orçamentos compreenderá todas as receitas, inclusive as de operações de crédito autorizadas em lei.

Parágrafo único. Não se consideram para os fins deste artigo as operações de crédito por antecipação da receita, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias, no ativo e passivo financeiros.

[...]

Art. 57. Ressalvado o disposto no parágrafo único do artigo 3º desta lei serão classificadas como receita orçamentária, sob as rubricas próprias, todas as receitas arrecadadas, inclusive as provenientes de operações de crédito, ainda que não previstas no Orçamento.

Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas”

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam responsabilidades de recursos financeiros para o erário ou ingressos extra-orçamentários, quando representam apenas entradas compensatórias.

Os §§ 1º e 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, classificam as receitas orçamentárias em “Receitas Correntes” e “Receitas de Capital”.

3.1.1. Receitas Correntes

Receitas Orçamentárias Correntes são arrecadadas dentro do exercício financeiro, aumentam as disponibilidades financeiras do Estado, em geral com efeito positivo sobre o Patrimônio Líquido e constituem instrumento para financiar os objetivos definidos nos programas e ações orçamentários, com vistas a satisfazer finalidades públicas.

De acordo com o § 1º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964, classificam-se como Correntes as receitas provenientes de tributos; de contribuições; da exploração do patrimônio estatal (Patrimonial); da exploração de atividades econômicas (Agropecuária, Industrial e de Serviços); de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes (Transferências Correntes); por fim, demais receitas que não se enquadram nos itens anteriores (Outras Receitas Correntes).

3.1.2. Receitas de Capital

Receitas Orçamentárias de Capital também aumentam as disponibilidades financeiras do Estado e são instrumentos de financiamento dos programas e ações orçamentários, a fim de se atingirem as finalidades públicas. Porém, de forma diversa das Receitas Correntes, as Receitas de Capital em geral não provocam efeito sobre o Patrimônio Líquido.

De acordo com o § 2º do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982, Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

O Anexo 10 da Lei 4.320/64 demonstra o comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada por categoria econômica. **Na tabela 05** demonstraremos a execução da receita orçamentária do **exercício de 2018, que totalizou uma arrecadação de R\$101.424.190,83** (cento e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e noventa reais e oitenta e três centavos).



Tabela 05
Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Títulos	Receita Orçada	Receita Arrecadada	Diferença	%
RECEITAS CORRENTES	R\$	R\$	R\$	
Receita Patrimonial	290.000,00	414.181,52	+ 124.181,52	
Remuneração De Depósitos Bancários	290.000,00	414.181,52	+ 124.181,52	+42,82
Receita De Serviços	78.798.000,00	90.413.117,44	+ 11.615.117,44	
Serviços De Vistoria De Veículos	59.500.000,00	69.992.676,53	+ 10.492.676,53	+17,63
Outros Serviços	19.298.000,00	20.420.440,91	+ 1.122.440,91	+ 5,82
Outras Receitas Correntes	7.184.000,00	10.596.891,87	+ 3.412.891,87	
Outras Multas - Diretamente Arrecadado	6.280.000,00	9.329.699,48	3.049.699,48	+48,56
Indenizações E Restituições	100.000,00	131.840,05	+ 31.840,05	
Restituições Descontadas Em Folha	80.000,00	116.783,20	36.783,20	+45,98
Receitas Diversas	824.000,00	1.150.409,19	+ 326.409,19	
Termos de Cooperação	824.000,00	1.150.409,19	326.409,19	+39,61
Totais	86.272.000,00	101.424.190,83	+ 15.152.190,83	+17,56

Fonte: Rel_Anexo 10 - AFI/2018

Com relação a Receita Orçada:

Entre as receitas diretamente arrecadadas através dos serviços executados por esta autarquia destaca-se o aumento na arrecadação de 48,56% de Multas arrecadadas, cujo valor alcançou R\$9.329.699,48 (nove milhões, trezentos e vinte e nove mil, seiscentos e novena e nove reais e quarenta e oito centavos); 17,63% de Serviços de vistoria de veículos arrecadando R\$69.992.676,53 (sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos). No cômputo geral houve aumento de 17,56% com diferença superior ao valor orçado de R\$15.152.190,83 (quinze milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e noventa reais e oitenta e três centavos).

Ressalta-se ainda que a elevação da arrecadação motivou-se pelo aumento das demandas de serviços e no aumento das taxas de conformidade com a Lei Complementar nº 148 de 19/12/2014, sendo utilizado a taxa de IPCA de 2,84% (Art. 2º, LC 148/2014) a partir de 01/04/2018.

3.2 DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Os dispêndios, assim como os ingressos, são tipificados em orçamentários e extra orçamentários.

Segundo o art. 35 da Lei nº 4.320/1964:

“Pertencem ao exercício financeiro:

I - as receitas nele arrecadadas;

II - as despesas nele legalmente empenhadas.”

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público/STN, dispêndio extra-orçamentário é a aquele que não consta na lei orçamentária anual, compreendendo as diversas saídas de numerários, decorrentes de depósitos, pagamentos de restos a pagar, resgate de operações de crédito por antecipação de receita e saídas de recursos transitórios.

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial em:

Despesa Orçamentária Efetiva - aquela que, no momento de sua realização, reduz a situação líquida patrimonial da entidade. Constitui fato contábil modificativo diminutivo.

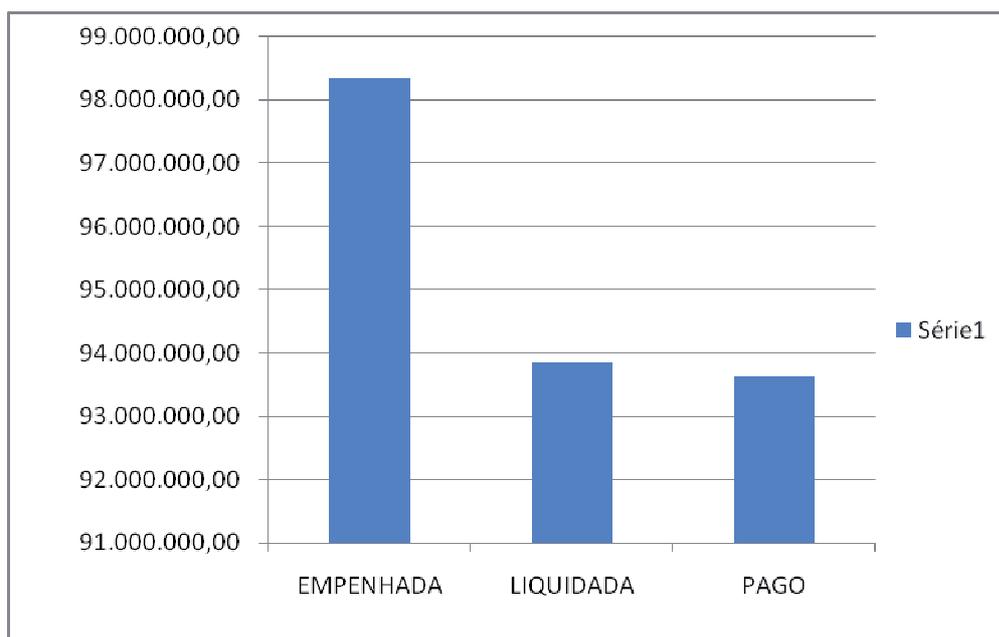
Despesa Orçamentária Não Efetiva – aquela que, no momento da sua realização, não reduz a situação líquida patrimonial da entidade e constitui fato contábil permutativo.

O DETRAN teve sua **Dotação Inicial atualizada para R\$104.490.117,57** (cento e quatro milhões, quatrocentos e noventa mil, cento e dezessete reais e cinquenta e sete centavos). As despesas empenhadas pelo DETRAN-AM totalizaram o valor de **R\$98.348.411,22** (noventa e oito milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e vinte e dois centavos), **liquidado o valor de R\$93.843.257,94** (noventa e três milhões, oitocentos e quarenta e três mil, duzentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos); sendo pago no exercício o valor de **R\$93.517.627,31** (noventa e três milhões, quinhentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos),

resultando numa economia orçamentária de R\$6.141.706,35 (seis milhões, cento e quarenta e um mil, setecentos e seis reais e trinta e cinco centavos), demonstrando assim compromisso com as obrigações assumidas.

Relatório de Execução da Despesa

Tabela 06



FONTE ANEXO 12 – AFI/2018

Conforme o Art. 36 da Lei 4.320/64 consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas, em liquidação e não processados. Para o exercício seguinte foi inscrito em **Restos a Pagar o montante de R\$4.730.783,91** (quatro milhões, setecentos e trinta mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos).

As Despesas empenhadas, reconhecidas, liquidadas e não pagas foram inscrita em **Restos a Pagar Processados**, no valor de **R\$225.630,63** (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e trinta reais e sessenta e três centavos), as Despesas empenhadas, não reconhecidas e não liquidadas, foram inscritas em **Restos a Pagar Não Processados** no valor de **R\$4.505.153,28** (quatro milhões, quinhentos e cinco mil, cento e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), conforme anexo 17 Demonstrativo da Dívida Flutuante do sistema AFI/2018.

4. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/19641, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000, as quais são:

- a. Balanço Orçamentário;
- b. Balanço Financeiro;
- c. Balanço Patrimonial;
- d. Demonstração das Variações Patrimoniais;
- e. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC); e
- f. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As estruturas das demonstrações contábeis contidas nos anexos da Lei nº 4.320/1964 foram atualizadas pela Portaria STN n.º 840, de 21 de dezembro de 2016, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP). Em função da atualização dos anexos da Lei nº 4.320/1964, somente os demonstrativos do Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e Demonstrações das Variações Patrimoniais serão apresentados nesta prestação de contas.

A Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tem como objetivo padronizar a estrutura e as definições dos elementos que compõem as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público - DCASP. Tais padrões devem ser observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, permitindo a evidenciação, a análise e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

Este Manual observa a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCT 16) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4.1. BALANÇO ORÇAMENTARIO

O Balanço Orçamentário, definido no art. 101 da Lei nº 4.320/1964, em consonância com os novos padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, demonstra as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas. Em sua estrutura, deve evidenciar as receitas e as despesas orçamentárias por categoria econômica, confrontar o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrar o resultado orçamentário e discriminar:

- (a) as receitas por fonte (espécie); e
- (b) as despesas por grupo de natureza.

O Balanço Orçamentário apresentará as receitas detalhadas por categoria econômica, origem e espécie, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo a realizar. Demonstrará também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

O Balanço Orçamentário é composto por:

- a. Quadro Principal;
- b. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados; e
- c. Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Analisando a **Receita Orçamentária**, foi verificado que no decorrer do Exercício foi realizado o total de **R\$101.424.190,83** (cento e um milhões, quatrocentos e vinte e quatro mil, cento e noventa reais e oitenta e três centavos), sendo **Receitas Correntes** o valor de **R\$101.010,009, 31** (cento e um milhões, dez mil, nove reais e trinta e um centavos) e **Receita Patrimonial** o montante de **R\$ 414.181,52** (quatrocentos e quatorze mil, cento e oitenta e um reais e cinquenta e dois centavos)

Quanto as **Despesas Orçamentárias**, foi empenhado durante o exercício o montante de **R\$ 98.348.411,22** (noventa e oito milhões, trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e vinte e dois centavos); devidamente evidenciado no Anexo 12 – Balanço Orçamentário extraído do sistema AFI/2018.

4.2. BALANÇO FINANCEIRO

Segundo a Lei nº 4.320/64, o Balanço Financeiro demonstra os ingressos (entradas) e

dispêndios (saídas) de recursos financeiros a título de receitas e despesas orçamentárias, bem

como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos de disponibilidades do exercício anterior (Receita) e do saldo da Disponibilidade para o Exercício Seguinte.

Assim, o Balanço Financeiro é um quadro com duas seções: Ingressos (Receitas Orçamentárias e Recebimentos Extra-orçamentários) e Dispêndios (Despesa Orçamentária e Pagamentos Extra-orçamentários), que se equilibram com a inclusão das Disponibilidades do Período Anterior na Seção dos Ingressos, e as disponibilidades para o período seguinte na Seção dos Dispêndios.

O resultado financeiro do exercício corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extra-orçamentários e dos dispêndios, orçamentários com os extra-orçamentários. Se os ingressos forem maiores que os dispêndios, ocorrerá um superávit; caso contrário ocorrerá um déficit. Este resultado não deve ser entendido como superávit ou déficit financeiro do exercício, cuja apuração é obtida no Balanço Patrimonial. O resultado financeiro do exercício pode ser também apurado pela diferença entre as disponibilidades para o exercício seguinte e as disponibilidades do exercício anterior.

De conformidade com o Balanço Financeiro, houve uma disponibilidade líquida para o exercício seguinte no valor de **R\$12.015.627,13** (doze milhões, quinze mil, seiscentos e vinte e sete reais e treze centavos).

Para mensurar a evolução financeira ocorrida nos Exercícios de 2018/2019, apresentamos analiticamente, os valores que serão transferidos para o Exercício seguinte, conforme Tabela 07:

Tabela 07
Demonstrativo do Balanço Financeiro

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R\$	TOTAL R\$
1. INGRESSOS		
		316.429.115,97
(+) Receita Orçamentária	101.424.190,83	
(+) Transferências Financeiras Recebidas	2.375,00	
(+) Recebimentos Extra-Orçamentários	215.002.550,14	
2. DISPÊNDIOS		
		317.075.568,50



(-) Despesas Orçamentárias	98.348.411,22	
(-) Transferências Financeiras Concedidas	-	
(-) Pagamentos Extra-Orçamentários	218.727.157,28	
3. Resultado Financeiro em 31/12/2016 (1-2)		- 646.452,53
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		
4. Saldo do Exercício Atual 31/12/2018		12.015.627,13
Caixa e Equivalente de Caixa	12.015.627,13	
5. Saldo do Exercício Anterior 31/12/2017		12.662.079,66
Caixa e Equivalente de Caixa	12.662.079,66	
6. Confirmação do Resultado Financeiro (4-5)		- 646.452,53
FONTE: AFI - ANEXO 13/2018		

4.3. BALANÇO PATRIMONIAL

Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 6ª Edição, o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensação, conforme as seguintes definições:

a) *Ativo* - são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

b) *Passivo* - são obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

c) *Patrimônio Líquido* - é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos.

d) *Contas de Compensação* - compreende os atos que possam vir ou não a afetar o patrimônio.

No Patrimônio Líquido, deve ser evidenciado o resultado do período segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens.

Os ativos devem ser classificados como circulantes quando estiverem disponíveis

para realização imediata e tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais ativos devem ser classificados como não circulantes.

Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Os demais passivos devem ser classificados como não circulantes.

O **Ativo Circulante** Compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: seja caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; sejam realizáveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Ativo Circulante totalizou **R\$12.727.921,64** (doze milhões, setecentos e vinte e sete mil, novecentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos).

O **Ativo não Circulante** compreende os ativos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis, sendo composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível. Ativo não Circulante foi apurado em **R\$ 29.217.424,04** (vinte e nove milhões, duzentos e dezessete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e quatro centavos), totalizando o Ativo em **R\$41.948.544,12** (quarenta e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e doze centavos).

Os Demais Créditos e Valores a Curto prazo destacado no Ativo Circulante de R\$22.462,54 (vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos) refere-se a saldo de suprimento de fundos no valor de R\$22.400,00 (vinte e dois mil e quatrocentos reais) e Créditos a receber de salário família no valor de R\$62,54 (sessenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos).

Os Estoques de material de uso e consumo no valor de R\$689.831,97 (seiscentos e oitenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e noventa e sete centavos) refere-se a todo material existente no almoxarifado de produtos de uso e consumo interno, tais como material de expediente, material de limpeza, material gráfico, material de informática, entre outros.

Os Investimentos apresentados no Balanço Patrimonial no valor de R\$3.198,44 (três mil, cento e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos) refere-se a Ações adquiridas

na época da empresa de telefonia fixa – Telamazon – cujo valor o DETRAN entrará com processo de reembolso financeiro do respectivo valor e baixa patrimonial.

O Imobilizado tem valor mensurado com base no valor de aquisição, em 2018 foi

Imobilizado	2018	2017	Variação
	29.866.367,93	26.410.822,96	3.455.544,97
Bens Móveis	17.924.484,12	14.468.939,15	3.455.544,97

Fonte: AFI/2018

Sem dedução da depreciação acumulada de R\$1.697.535,41.

Depreciação, cabe esclarecer que o DETRAN-AM ainda está em fase de levantamento do INVENTÁRIO Geral para que possa atualizar junto a SEAD-AM a relação de bens patrimoniais móveis e imóveis, para efetuar ajustes contábeis, haja visto tamanha distorção entre os valores apresentados em relação aos bens físicos, não sendo possível efetuar depreciação dos bens anteriormente adquiridos, pois tem itens que por força de convênios foram adquiridos pelo DETRAN mas repassados para outras Secretarias sem ter sido efetuado a baixa do registro contábil.

Incorporado bens no valor total de R\$3.455.544,97 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e sete centavos).

Quanto ao **Passivo Circulante** compreende as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos primariamente para negociação; tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. Passivo Circulante totalizou o montante de R\$225.693,07 (duzentos e vinte e cinco mil, seiscentos e noventa e três reais e sete centavos) o qual possui

composição de valores conforme descrição abaixo, o que possibilita melhor análise deste item.

Tabela 08

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

Descrição	Valor R\$
2018NE01349 - TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 11a REGIÃO	225.630,63
Total	225.630,63

O *Passivo Não-Circulante* compreende as obrigações conhecidas e estimadas com vencimento após doze meses da data das demonstrações contábeis. O DETRAN/AM não registrou nenhuma obrigação com essa natureza no exercício de 2018.

O *Patrimônio Líquido* compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. O Patrimônio Líquido foi de **R\$ 41.948.544,12** (quarenta e um milhões, novecentos e quarenta e oito mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e doze centavos). O Resultado dExercício apurado em 31/12/2018 foi de menos **R\$6.836.878,34** (seis milhões, oitocentos e trinta e seis mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

(

Tabela 09

Demonstrativo do Balanço Patrimonial

<i>TÍTULO</i>	<i>2018</i>
(+) ATIVO CIRCULANTE (1)	12.727.921,64
(+) ATIVO NÃO CIRCULANTE (2)	29.220.622,48
(-) PASSIVO CIRCULANTE (3)	-225.693,07
(-) PASSIVO NÃO CIRCULANTE (4)	-
= PATRIMÔNIO LÍQUIDO (5) = (1+2-3-4)	41.722.851,05
(-) RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (6)	34.885.972,91
(-) AJUSTES DE EXERCÍCIOS	0,00



ANTERIORES (7)	
(=) RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31/12/2018 (8) = (5-6-7)	6.836.878,34

Fonte: AFI/2018 – Anexo 14

4.4. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Segundo o art. 104 da Lei nº 4.320/1964,

“a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas **variações quantitativas e qualitativas**. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas.

As que **Aumentaram** o patrimônio totalizaram **R\$ 305.494,566,51** (trezentos e cinco milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e um centavos) as que **Diminuíram** o Patrimônio totalizaram **R\$ 295.095.681,01** (duzentos e noventa e cinco milhões, noventa e cinco mil, seiscentos e oitenta e um reais e um centavos). O **Resultado Patrimonial** do Período foi apurado positivamente em **R\$10.398.885,50** (dez milhões, trezentos e noventa e oito mil, oitocentos e oitenta e cinco reais e cinquena centavos), assim demonstrado na **Tabela abaixo**.

TABELA 10
Demonstrativo da Variação Patrimonial

TÍTULO	VALORES
--------	---------



1. VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	305.494.566,51
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	90.413.117,44
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	414.181,52
Transferências e Delegações Recebidas	203.380.425,99
Valorização e Ganhos com Ativos e Desinc.de Passivos	689.949,69
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10.596.891,87
2. VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	295.095.681,01
<i>Pessoal e Encargos</i>	24.064.077,99
<i>Uso de Bens. Serviços e Consumo de Capital Fixo</i>	57.276.167,33
<i>Transferências e Delegações Concedidas</i>	203.378.050,99
<i>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</i>	6.054,15
<i>Tributárias</i>	987.280,27
<i>Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos</i>	401.943,02
<i>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</i>	8.982.107,26
3. RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (1-2)	10.398.885,50

Fonte: AFI/2018 – Anexo 15

4.5. DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

A Dívida Flutuante consigna as obrigações que têm prazo de vencimento inferior a doze meses. O exercício 2018 foi encerrado com o saldo de **R\$4.760.783,91** (quatro milhões, setecentos e sessenta mil, setecentos e oitenta e três reais e noventa e um centavos). Demais detalhamentos e conclusões constam no relatório de Notas Explicativas que também integram a prestação de contas.

5. GASTOS COM PESSOAL

O DETRAN-AM possuía em 31/12/2018 em seu quadro funcional 428 servidores, sendo 261 regidos pela CLT-Consolidação das Leis do Trabalho, 02 estatutários, 44 cargos de comissionado e 125 estagiários. Salientamos que esta administração já elaborou o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração-PCCS e proposta de Projeto de Lei para alteração da estrutura organizacional do DETRAN-AM o qual encaminhamos através

do Ofício nº 0119/2014-DETRAN/AM/AJUR/DP de 17/02/2014 ao Exmo. Sr. Governador da época, documento devidamente recepcionado pela Casa Civil em 21/02/2014, para que possa realizar concurso público. Portanto ainda dependemos da ação governamental para modernização de nossa estrutura administrativa. Apresentamos abaixo resumo dos gastos com Pessoal e quadro de colaboradores em 31/12/2017:

GASTO COM PESSOAL		
DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
Remuneração a Pessoal	15.144.470,10	62,93
Encargos Patronais	4.309.379,80	17,91
Benefícios a Pessoal	4.218.021,07	17,53
Outras variações e encargos	392.207,02	1,63
Total	24.064.077,99	100,00

Fonte: DVP-AFI/2018

TABELA 11

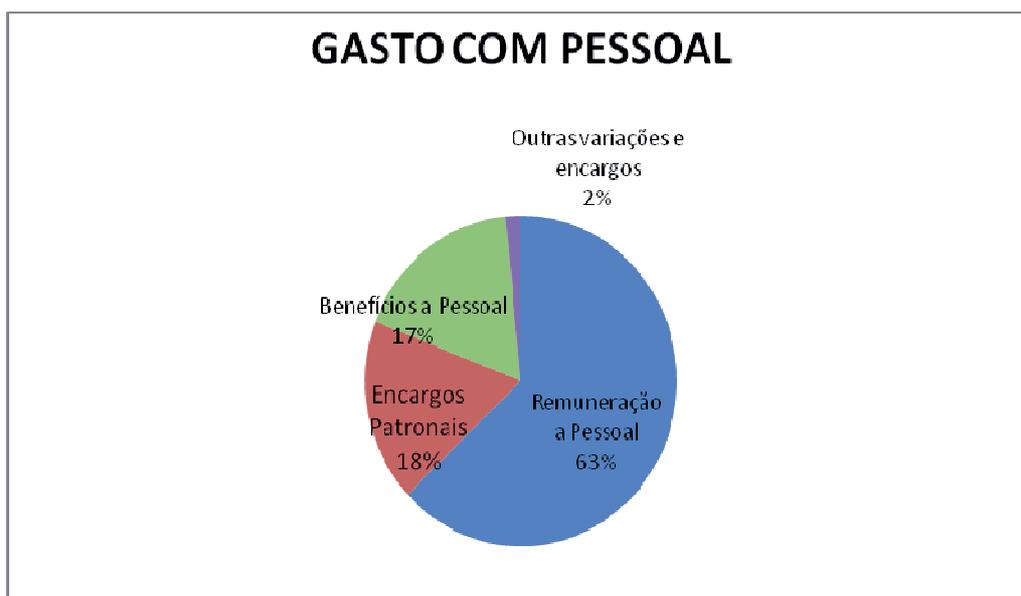


TABELA 12
QUADRO DE SERVIDORES



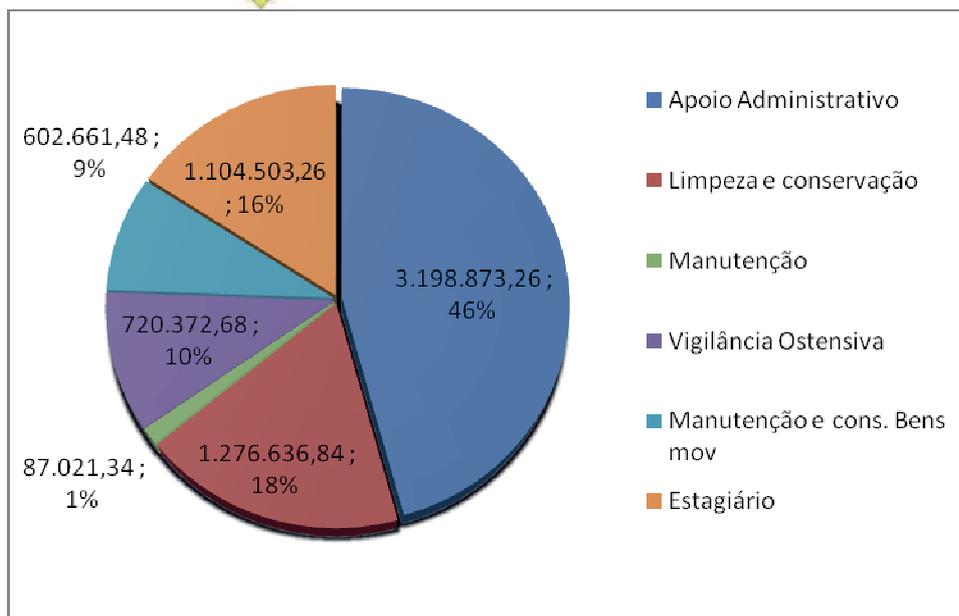
REGIME DE TRABALHO	Nº DE SERVIDORES	%
CLT	260	57,91
Estatutário	2	0,45
Comissionado	47	10,47
Estagiário:		
Nível Medio: 15		
Nível Superior: 125	140	31,18
Total	449	100,00
Fonte: RH-DETRAN/12/2018		

Para mantermos a estrutura funcional desta autarquia efetuamos contratação de mão de obra vinculada a empresa de prestação de serviço para apoio administrativo, manutenção, limpeza e conservação. Visando atender as demandas de serviços o DETRAN contratou estagiários que atuam em todas as áreas operacionais de atendimento ao usuário, em número citado anteriormente; segue abaixo demonstrativo resumido dos gastos respectivos:

TABELA 13

GASTOS COM LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E ESTAGIÁRIOS		
DESCRIÇÃO	VALOR R\$	%
Apoio Administrativo	3.198.873,26	45,76
Limpeza e conservação	1.276.636,84	18,26
Manutenção	87.021,34	1,24
Vigilância Ostensiva	720.372,68	10,31
Manutenção e cons. Bens mov	602.661,48	8,62
Estagiário	1.104.503,26	15,80
Total	6.990.068,86	100,00
Fonte: Balancete 13/2018-AFI		

TERCEIRIZADOS



6. AÇÕES NO TRÂNSITO

No ano de 2018 o DETRAN-AM, *manteve ações do ano anterior em conjunto* com o BPTRANS – Batalhão de Policiamento de Trânsito da Polícia Militar, aumentou as ações de fiscalização das normas de trânsito na capital, principalmente quanto ao combate à infração de dirigir sob efeito de bebidas alcoólicas, tirando ainda de circulação veículos com documentação irregular e em condições precárias de circulação, apreensão de habilitações irregulares e condução dos respectivos condutores para reabilitação.

Como resultado deste intenso trabalho obtivemos redução no número de acidentes de trânsito e autuações de direção por embriaguez.

6.1 Atendimentos

O DETRAN-AM possui uma integração extremamente ativa junto a sociedade demonstrada pelos números de atendimentos efetuados, **somente na sede** localizada na Av. Mario Ypiranga Monteiro, em 2018 foi de 1.714.115 (um milhão, setecentos e quatorze mil, cento e quinze), atendimentos somados aos dos postos de descentralização chegamos a **1.890.411** (um milhão, oitocentos e noventa mil, quatrocentos e onze) atendimentos no ano com acréscimo de 8,20% com relação ao ano anterior.

Com a descentralização dos atendimentos nos 05 (seis) PAC's – Postos de Atendimento ao Cidadão, e 05 (quatro) PA – Pronto Atendimento localizados nos Shoppings

da Cidade atendemos mais 176.296 (cento e setenta e seis mil, duzentos e noventa e seis) atendimentos, conforme tabela abaixo.

TABELA 14 ATENDIMENTOS				
Local	Ano de Referência			Varição entre os anos
	2017	2018	%	
Sede	1.614.911	1.714.115	90,67	6,14%
PAC's	91.111	68.974	3,65	-24,30%
PA's	63.499	107.322	5,68	69,01%
Total	1.769.521	1.890.411	100,00	6,83%
FONTE: Anuário 2018-Estatística DETRAN-AM				

6.2 Habilitados

O Estado do Amazonas possui 689.012 (seiscentos e oitenta e nove mil e doze) condutores devidamente habilitados nas mais diversas categorias, 71% do sexo masculino e 29% do sexo feminino; sendo 608.430 (seiscentos e oito mil, quatrocentos e trinta) estabelecidos na capital e 80.582 (oitenta mil, quinhentos e oitenta e dois) na demais cidades que compõe a região metropolitana de Manaus que abrange os municípios Careiro da Várzea, Iranduba, Itacoatiara, Manacapurú, Novo Airão, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva. Vide abaixo tabela com descrição dos dados formatados.

TABELA 15

HABILITADOS			
Descrição	Região	Região3	Região2
Sexo:	Amazonas	RMM	Manaus
Masculino	509.548	471.275	442.170
Feminino	212.789	201.623	192.915
Total	722.337	672.898	635.085

RMM: Região Metropolitana de Manaus

HABILITADOS POR SEXO	
Descrição	Região
Sexo:	Estado

Masculino	509.548
Feminino	212.789
Total	722.337

6.3 Provas Aplicadas

Em 2018 foram aplicadas 167.899 (cento e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e nova) provas para emissão de CNH, sendo aprovados 87.008 (oitenta e sete mil e oito) ,reprovados 67.889 (sessenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove) e ausentes 13.002 (treze mil e dois) candidatos.

TABELA 16

PROVAS	
Descrição	Nº Candidatos
Aprovados	87.008
Reprovados	67.889
Ausentes	13.002
Total	167.899

FONTE: Anuário 2018-Estatística DETRAN-AM

6.4 Educação no Trânsito

Investimos ainda na Educação Para o Trânsito com ações nas empresas, escolas e áreas públicas e cursos, mediante aplicação de palestras, atividades lúdicas e cursos direcionados, atingimos 332 (trezentos e trinta e duas) atividades e um público de 115.007 (cento e quinze mil e sete) pessoas. Conforme demonstrado na tabela abaixo:

TABELA 17

RESUMO ATIVIDADES			
ATIVIDADES	QUANTIDADE	PÚBLICO	%
ESCOLAS	191	51.406	44,70
EMPRESAS	57	3.814	3,32
CURSO DE MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR	3	287	0,25
CURSOS - TRANSPORTE ESCOLAR	2	26	0,02



CURSOS - TRANSPORTE DE EMERGÊNCIA	3	49	0,04
CURSOS - ATUALIZAÇÃO TRANSPORTE ESCOLAR	3	51	0,04
CURSOS - ATUALIZAÇÃO TRANS. DE EMERGÊNCIA	2	13	0,01
CURSOS - MECÂNICA DE SALTO ALTO	2	197	0,17
CURSOS - RECICLAGEM PARA COND. INFRATOR	57	1.607	1,40
CAMPANHAS	2	22.670	19,71
INTERIOR	10	34.887	30,33
TOTAL	332	115.007	100,00

FONTE: Anuário 2018-Estatística DETRAN-AM

6.5 Transparência

O DETRAN-AM mantém em seu site oficial (www.detran.am.gov.br) informações relativas ao atendimento da Lei de Acesso a Informação (12.527/2011); Lei da Transparência (LC 131/2009) e

Decreto Estadual nº 36.819/2016, mantendo quadro de servidores treinados para atendimento ao sistema e-SIC divulgado em suas instalações e via site oficial.

Sabendo-se que a Transparência Pública é a obrigação da Administração Pública de promover a prestação de contas à população a qual divide-se em:

- Transparência Ativa
- Passiva

Sendo a primeira aquela em que o Poder Público divulga informações em virtude de imposição legal ou de livre iniciativa. (transparência propriamente dita) enquanto que a segunda é o acesso às informações públicas fornecidas pela Administração Pública, quando solicitadas pelo cidadão. (Controle Social)

Exemplo: Transparência Ativa

Portais de Transparência

Lei Complementar no 131/2009 (Lei da Transparência)

Exemplo: Transparência Passiva

Lei de Acesso à Informação (Lei no 12.527/2011)

- Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

- Sistema Eletrônico de Acesso à Informação (e-SIC)

Atendemos as demandas do Portal da Transparência via sistema e-SIC – Serviço de Informações ao Cidadão, o qual serve para ATENDER e ORIENTAR o Cidadão a ter acesso às INFORMAÇÕES das atividades relacionadas ao Poder Executivo Estadual; qualquer pessoa física ou jurídica pode solicitar pedidos de acesso à informação. O usuário tem a opção de ser atendimento PRESENCIALMENTE: No setor do SIC, localizado na sede do DETRAN ou em uma de suas unidades de atendimento, ou ELETRONICAMENTE através de acesso ao site <https://acessoainformacao.am.gov.br/>.

Apesar da divulgação efetuada pelo Governo do Estado, este sistema ainda é pouco utilizado pelos usuários, em 2018 tivemos apenas 27 solicitações, entre elas várias 20 (vinte) que não condiziam com o objeto do sistema.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente Prestação de Contas está composta pelas peças contábeis prescritas na Lei 4.320/64 (Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Balanço Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais) e os quadros demonstrativos que evidenciam os principais aspectos da gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial de forma clara e transparente os resultados finais dos atos e fatos praticados pelo DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DO AMAZONAS-DETRAN durante o exercício financeiro de 2018, em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Repetimos a mesma análise do ano anterior onde citamos, e continuamos, apesar de todo esforço e rigor na aplicabilidade da legislação do trânsito, **nossa principal dificuldade** em mantermos um trânsito mais seguro, pacífico e humanizado, *ainda é a falta de educação do condutor*, que insiste em dirigir: embriagado, em alta velocidade, com documentação irregular do veículo, sem habilitação condizente com o veículo que conduz, dar posse do veículo a pessoa não habilitada e a menor de idade. Mesmo assim em nenhum momento esta autarquia deixou de exercer sua função apesar, ainda, da crise instalada em nosso país.

Visando melhor atendimento aos nossos usuários e dignificar os servidores desta autarquia, o DETRAN efetuou investimentos em 2018 mudando de instalações de sua

sede e móveis, deixando assim a insalubridade e risco que a sede antiga proporcionava a qual já havia sido condenada pela Defesa Civil do Estado em 2013, mediante laudo apresentado. Continuamos investindo ainda em Tecnologia, avançando nos mais variados serviços disponíveis aos usuários, dando aos mesmos alternativas e facilidades na utilização de nossos serviços. Estando o DETRAN entre os mais avançados órgãos públicos do Estado no item tecnologia.

Mantivemos nossos postos de atendimento espalhados pelas zonas geográficas de nossa cidade, mediante PAD abaixo descritos:

Sede: Av. Mário Ypiranga Monteiro, nº 2884 – Parque Dez de Novembro

PAD – Posto de atendimento do DETRAN:

PAC São José

End: Av. Cosme Ferreira, 4605- Uai Shopping Bairro São José I;

PAC Compensa

End: Av. Brasil, nº1325- Compensa I;

PAC Galeria dos Remédios

End: Rua Miranda Leão, nº 327 – Centro;

PA Shopping Sumaúma

End: Av. Noel Nutels, nº1762 – Cidade Nova I;

PAC Alvorada

End: Av. Desembargador João Machado, nº4.922 – Planalto/Alvorada;

PAC Educandos

End: Av. Beira Mar, sem número – Educandos;

PA Shopping Cidade Leste

End: Av. Autaz Mirim, nº 288 - Tancredo Neves;

PA Shopping Via Norte



End: Av. Arquiteto José Henrique Bento Rodrigues, nº 3.760 – Nova Cidade;

PA Shopping Sumaúma

End: Av. Noel Nutels, nº1762 – Cidade Nova I;

PA Shopping Ponta Negra

End: Estrada da Ponta Negra - Bairro Ponta Negra

PA 10 MALL – Parque Dez

End: Rua Lindon Johnson, nº 55 – Parque Dez.

Ainda são muitos os objetivos a serem alcançados e as melhorias a serem implementadas, mas tem-se a certeza que o DETRAN-AM avançou na política de trânsito do Amazonas, com esforço e dedicação da equipe técnica e administrativa de forma incansável na busca constante da melhoria dos serviços do trânsito visando proporcionar segurança e qualidade de vida da sociedade amazonense.

A Prestação de Contas apresentada, em atendimento a legislação vigente, ficará disponível no Departamento Administrativo do DETRAN-AM, órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos, pelos órgãos de Controle Interno e Externo e a sociedade.

Manaus-AM, 28 de março de 2019.

RODRIGO DE SÁ BARBOSA

Diretor Presidente do Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas



AMAZONAS
GOVERNO DO ESTADO